
MOSTEIROS E CONVENTOS NO PORTUGAL MEDIEVAL: VIDA ESPIRITUAL E LÓGICAS DE IMPLANTAÇÃO

João Luís Inglês Fontes

Instituto de Estudos Medievais – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa

e-mail: joaofontes@hotmail.com

Maria Filomena Andrade

Universidade Aberta; Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa

e-mail: lumena324@hotmail.com

Ana Maria S. A. Rodrigues

Centro de História - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa.

e-mail: amsarodrigues2@gmail.com

Rebut: 19 dezembro 2019 | Revisat: 15 março 2020 | Acceptat: 20 abril 2020 | Publicado: 30 juny 2020 | doi: 10.1344/Svmma2020.15.3

Resumen

É objetivo deste texto analisar a presença e as lógicas de implantação das diversas ordens e movimentos religiosos no território português desde as últimas décadas do século XI até às primeiras do século XVI, materializando distintas opções e vivências espirituais. Implantados inicialmente nas áreas rurais do Noroeste, mas acompanhando para Sul o avanço dos exércitos cristãos, Beneditinos e Cluniacenses, mais tarde Cistercienses, Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e Ordens Militares, não só apoiaram espiritualmente a monarquia, a nobreza e o povo, como ajudaram a conquistar, povoar e desenvolver economicamente o reino em formação. A partir dos inícios do século XIII, serão os Mendicantes e outras ordens como a dos Eremitas de São Paulo a responderem aos anseios do laicado de um mundo urbano mais rico, mas também mais desigual, que não cessará de gerar experiências de vida religiosa mais radicais. Depois de quase uma centúria de estagnação, as fundações recomeçarão em força nos finais do século XIV, ganhando todo o reino e as ilhas atlânticas que se vão descobrindo, devido ao movimento de reforma que se apoderou das ordens antigas e ao surgimento de novas ordens, como as dos Cónegos de São João Evangelista.

Palabras clave: Ordens religiosas, mosteiros, conventos, reforma religiosa, observância

Abstract

This text analyses the spatial distribution of religious orders and movements in the Portuguese territory from the last decades of the eleventh century to the first decades of the sixteenth century, as well as the different forms of spirituality that resulted from them. First established in rural areas of the northwest and soon following the southward advance of Christian armies, Benedictines and Cluniacs, and later Cistercians, Regular Canons of Saint Augustine and Military Orders, not only spiritually supported monarchy, nobility and common people, but also helped to conquer, populate and develop the burgeoning kingdom. From the beginning of the thirteenth century onwards, Mendicants and other orders such as the Hermits of Saint Paul would respond to the wishes of the laity living in a richer but also more unequal urban world, a laity that kept promoting more radical religious experiences. After almost a century of stagnation, foundations strongly resumed in the late fourteenth century, expanding over the entire kingdom and the Atlantic islands that were being discovered at the time due to both the movement of reform that took over the old orders and the emergence of new ones, such as the Canons of St. John the Evangelist.

Key Words: Religious Orders, Monasteries, Convents, Religious Reform, Observants

Introdução

As Ordens religiosas constituíram no território português, desde os finais do século XI até à primeira metade do XVI, expressões únicas de vivências e espiritualidades que marcaram a sociedade portuguesa de então. Neste texto, pretende-se facultar uma visão geral sobre as estratégias e cronologias de implantação dessas ordens e congregações, equacionando simultaneamente as relações entre casas masculinas e femininas.¹ O período inicial foi escolhido por nele se ter assistido, no noroeste da Península Ibérica, a modificações importantes na vida monástica. Essas transformações foram o resultado, por um lado, das diretrizes do Concílio de Coyanza, em 1055, no sentido de eliminar algumas formas de vida religiosa em que prevalecia o sistema da *regula mixta*, com base nas regras de Santo Isidoro, São Frutuoso e São Leandro, permitindo a existência de mosteiros dúplices e familiares, e promover a adoção da regra de São Bento. A isso se juntou, por outro lado, o apoio dado por Afonso VI de Leão (r. 1065-1109) aos princípios da reforma gregoriana e à liturgia romana, assim como aos novos usos monásticos propostos por Cluny, seguidores da Regra beneditina, que foram adotados, por exemplo, em San Isidoro de las Dueñas (1073), San Zoilo de Carrión (1075) e Sahagún (1078) (MATTOSO 2002c). O mesmo se passará no território portugalense, concedido pelo rei de Leão e Castela ao seu genro Henrique de Borgonha, cuja família estava intimamente associada a Cluny.²

1. A institucionalização e as primeiras fundações (séculos XI-XIII)

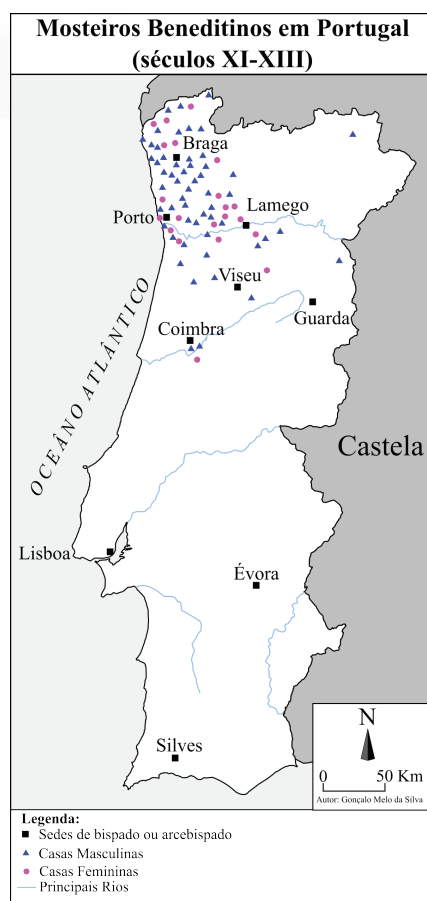
Este contexto ajuda-nos a entender o vasto movimento que levou diversos mosteiros, na Península Ibérica, a adotar a Regra de São Bento como seu texto normativo exclusivo, juntamente com a liturgia romana. Tal foi feito, normalmente, com o apoio dos seus nobres patronos, ansiosos por imitarem o exemplo do Imperador e terem na sua órbita comunidades exemplares, particularmente votadas à liturgia e à oração em favor dos seus benfeitores. Os primeiros sinais da adoção dos novos usos monásticos recuam a 1060, mas torna-se um movimento mais amplo depois de 1080. Até às primeiras décadas do século XII, mais de 50 mosteiros são reformados ou fundados como beneditinos, de acordo com o modelo de Cluny, ainda que sem estarem afiliados à Ordem (MATTOSO 2002d). Em Portugal, apenas se conhecem três priorados de Cluny (Rates, Santa Justa de Coimbra e o Vimieiro), o segundo depressa convertido em igreja paroquial e os restantes desaparecidos após este período.³

¹ Este trabalho foi realizado no âmbito do eixo “Paisagens monásticas” do projeto *Paisajes espirituales. Una aproximación espacial a las transformaciones de la religiosidad femenina medieval en los Reinos Peninsulares en la Edad Media (siglos XII-XVI)* (HAR2014-52198-P), sediado na Universidade de Barcelona e que decorreu de janeiro de 2015 a dezembro de 2018. A bibliografia é necessariamente indicativa, apontando os estudos mais atualizados ou significativos, onde se podem colher outras indicações bibliográficas. Para uma visão de conjunto dos estudos sobre o monaquismo português medieval, cf. GOMES 2011.

² Henrique, filho segundo dos duques da Borgonha, era descendente da dinastia dos Capetíngios, sobrinho da rainha D. Constança, que casara com Afonso VI de Leão e Castela, e sobrinho-neto do abade D. Hugo de Cluny (MATTOSO 1993: 24-26).

³ Sobre os mosteiros de Rates e de Vimieiro, ver: ORDENS RELIGIOSAS 2016: 59,74. Sobre o de Santa Justa, já convertido em igreja paroquial em meados do século XII, e a sua relação com o mosteiro de S. Pedro de Rates e

A extinção de comunidades dúplices e de muitos pequenos mosteiros leva, não só ao reforço das comunidades beneditinas masculinas como também ao despontar de muitos mosteiros femininos, vivendo igualmente de acordo com a Regra de São Bento e que ainda não foram objeto de estudos aprofundados. Os elementos disponíveis apontam os mosteiros de Vairão (1126), Rio Tinto (1140), Sandim (1154) e Tuías (antes de 1173) como os casos mais precoces de comunidades femininas vivendo sob a obediência da Regra de S. Bento.⁴ A afirmação deste monaquismo feminino teria, aliás, o seu modelo em Santa Senhorinha, a irmã de S. Rosendo (um reformador monástico do século X), cuja hagiografia, bem mais tardia, a apresenta agora como abadessa do cenóbio beneditino de S. João de Vieira.⁵ Ao longo do século XII, cerca de 13 mosteiros converter-se-ão em casas religiosas femininas, com outros cinco nas primeiras décadas do século XIII (ORDENS RELIGIOSAS 2016: 80-91).



[Mapa 1 – Mosteiros Beneditinos em Portugal (séculos XI a XIII)]⁶

Cluny, ver CAMPOS 2012: I, 66-83. Para um enquadramento mais geral, são ainda úteis os trabalhos mais antigos de COSTA 1948 e BISHKO 1965.

⁴ Ver: MATTOSO 2002d: 40-43, 49-51, 110-112, 115-130; MARTINS 2001: 54-58.

⁵ Acerca da hagiografia e do culto de Santa Senhorinha: GAMEIRO 2000; SOBRAL, 2012; CRUZ, 2018.

⁶ Este mapa e todos os seguintes foram elaborados por Gonçalo da Silva Melo, do Instituto de Estudos Medievais (IEM - NOVA FCSH), a partir das informações constantes de ORDENS RELIGIOSAS, 2016. Cumpre-nos aqui agradecer a sua generosa e competente colaboração.

A sua implantação concentra-se no Norte do reino, sobretudo nas dioceses de Braga e do Porto, região que José Mattoso denominou, há muito, de “Portugal senhorial”, dominada pela nobreza, sobretudo rural, com uma intensa ocupação do espaço, muito clara na sua impressionante rede de igrejas e mosteiros (MATTOSO 2001). Esta situação apenas pode confirmar o apoio dado por esta nobreza à implantação da Regra beneditina e aos novos costumes cluniacenses e, com eles, a sua disposição em beneficiar dos dons espirituais proporcionados pelas novas comunidades monásticas. A aliança entre a nobreza terratenente e os monges possibilita um rápido crescimento da Ordem e revela o papel da nobreza no apoio à Igreja.

Entretanto, o primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques ou Afonso I (r. 1128-1185), instalado em Coimbra, uma cidade situada fora da área dominada pela nobreza terratenente, aí funda, em 1131, um mosteiro de cónegos regrantes de Santo Agostinho dedicado à Santa Cruz.⁷ Nele fez guardar o seu tesouro e escolheu ser sepultado, tornando-o num notável centro cultural e alforge de importantes colaboradores. Com esta atitude, manifestava claramente o seu acolhimento às novas correntes de renovação religiosa que desde finais do século XI marcavam o Ocidente medieval, associadas ao reanimar das cidades e da sua economia. O movimento canonical dava uma nova importância à atividade pastoral dos clérigos, exigida pelo florescente mundo urbano, associando o ministério sacerdotal a uma mais cuidada formação intelectual; ao renovar da vida comunitária segundo o modelo apostólico e ainda à atenção para com os mais pobres (VAUCHEZ 1995: 94-99). O apoio do monarca aos cónegos regrantes deu um maior fôlego ao movimento canonical, tendo um total de 44 casas masculinas adotado o mesmo modo de vida a partir de meados do século XII e sobretudo no século XIII, muitas das quais afiliadas e protegidas pelo mosteiro de Santa Cruz (MARTINS 2003: 871-884; FERNANDES 2011; ORDENS RELIGIOSAS 2016: 175-213). Localizavam-se, uma vez mais, sobretudo no norte e centro do reino.

⁷ Sobre o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, ver, para todos, MARTINS 2003 e GOMES 2007; e sobre a sua fundação no contexto do reinado de Afonso I, MATTOSO 2006: 80-89.



[Mapa 2 – Mosteiros dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal (séculos XII-XIII)]

Além da de Santa Cruz de Coimbra, Afonso Henriques fundou ainda outra importante casa para os cónegos regrantes logo após a conquista de Lisboa, em 1147.⁸ O novo cenóbio foi dedicado a São Vicente e construído fora dos muros da cidade, sobre o cemitério dos cruzados alemães que pereceram durante o cerco. Estes dois mosteiros – Santa Cruz de Coimbra e São Vicente de Fora de Lisboa – atrairão a presença de comunidades femininas de cónegas que, vivendo sob a autoridade de uma priora, se dedicavam à assistência aos pobres e doentes nos hospitais instalados na proximidade destas comunidades. Sabemos que outras comunidades femininas viviam junto de mosteiros de cónegos regrantes, mas ainda temos poucas informações para entender totalmente a cronologia, formas e extensão desse fenómeno.⁹

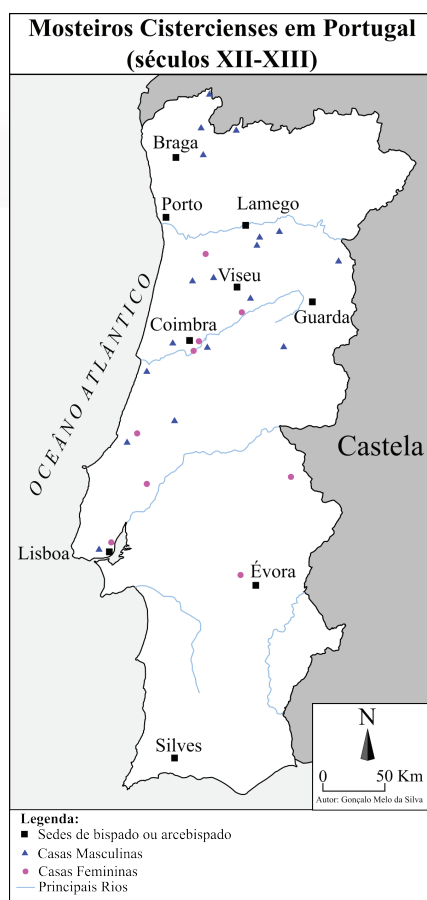
Houve ainda outros religiosos que resistiram à submissão a uma regra aprovada pela Igreja e optaram pela vida eremítica. A expansão dos eremitas está bem documentada por José Mattoso para as últimas décadas do século XI e ao longo de todo o século XII. Segue o movimento de conquista cristã dos territórios para sul, com uma preferência pelos espaços desabitados fora dos

⁸ A notícia sobre a sua fundação pode ser lida em A CONQUISTA 2001: 177-201.

⁹ MARTINS 2003: 472-481, 782-785; BRANQUINHO 2007; GOMES 2010; FONTES e ANDRADE, no prelo (b). Vejam-se também as referências a *sorores* associadas a outras canónicas em UM OBITUÁRIO 2008.

núcleos urbanos, mas perto das principais estradas e cruzamentos, que permitiam a necessária visibilidade do seu testemunho e a prática da caridade e hospitalidade (MATTOSO 2002b).

Muitos destes estabelecimentos eremíticos serão atraídos por novas formas de vida religiosa, mais rigoristas e austeras. Não contando os Premonstratenses, que conseguirão apenas fundar duas comunidades em Portugal durante a Idade Média (Ermida do Paiva e Vandoma),¹⁰ serão os Cistercienses os herdeiros de um significativo número de antigos mosteiros beneditinos e implantações eremíticas, que começam a aderir a esses usos monásticos por volta de 1140 (MARQUES 1998a; MARQUES 1998b).



[Mapa 3 – Mosteiros Cistercienses em Portugal (séculos XII-XIII)]

Os Cistercienses conseguirão obter o apoio de Afonso Henriques que, depois da conquista de Lisboa, lhes ofereceu um extenso território para fundarem um mosteiro em Alcobaça, no centro do reino, uma área isolada, mas muito fértil, rica em água e em terras à espera de serem exploradas.¹¹ Este mosteiro será o impulsionador de muitas novas casas cistercienses. Entre 1140

¹⁰ ORDENS RELIGIOSAS 2016: 230-231 e bibliografia aí citada.

¹¹ Sobre a sua fundação e o seu significado, no contexto das opções políticas e religiosas do rei Afonso I, ver MATTOSO 2006: 93-95. Sobre este mosteiro e o respetivo património, ver GONÇALVES 1989.

e 1221, os Cistercienses atingirão o número de 16 casas masculinas no reino de Portugal, numa geografia que expressa a sua ligação a mosteiros ou estabelecimentos eremíticos já existentes (ORDENS RELIGIOSAS 2016: 104-119), bem como a casas beneditinas que se encontravam sob a observância dos costumes cluniacenses.

A Ordem também conseguirá fundar um número significativo de mosteiros femininos (7 no total), com uma cronologia de fundações centrada no século XIII. Alguns deles estão ligados à proteção e padroado das três filhas de Sancho I – as futuras beatas Teresa, Mafalda e Sancha – que apoiaram a fundação de três mosteiros: Lorvão, Arouca e Santa Maria de Celas. Geograficamente próximos, estes cenóbios exerceram um recrutamento particular, uma vez que as suas monjas – especialmente em Lorvão e Arouca – vinham das mais importantes famílias nobres do reino (MARQUES 2001; RÊPAS 2003). Uma parte significativa dos cenóbios cistercienses femininos resultou de anteriores experiências de reclusão voluntária, com comunidades mais humildes: Celas em Coimbra, Cós junto a Alcobaça, S. Bento de Cástris em Évora. A última fundação, em Odivelas, perto de Lisboa, foi, porém, promovida por D. Dinis (r. 1279-1325), em 1294, como mosteiro real, escolhido para ser um exemplo de vida religiosa e o lugar de enterramento do monarca.¹²

2. A renovação mendicante (séculos XIII-XIV)

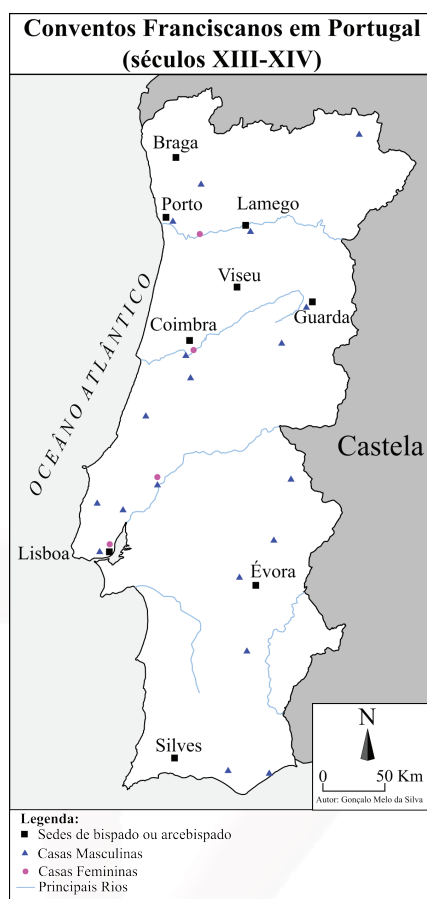
Este importante mosteiro marca, porém, o fim da era das fundações medievais para os Cistercienses, assim como para outras ordens anteriores, como os Beneditinos e os Cónegos Regrantes. Com efeito, o século XIII é, em Portugal, como na maior parte dos reinos e outros territórios do mundo medieval ocidental, o século das Ordens Mendicantes.¹³

Tanto os Franciscanos como os Dominicanos chegaram muito cedo a Portugal. Ainda que a cronologia destes primeiros tempos esteja demasiado dependente de crónicas escritas tardiamente, nos séculos XVI, XVII e XVIII, não havendo para ela outra comprovação documental, é segura a sua presença no território português por 1217 e a fundação das suas primeiras instalações pela mesma altura. Os Franciscanos fundaram 19 conventos no século XIII com o apoio da realeza, de início nos principais centros urbanos do reino, atraídos pela possibilidade de aí pregarem, tratarem dos enfermos, mas também tentarem a conversão dos muçulmanos e até morrerem pela sua fé.¹⁴

¹² Para uma panorâmica atualizada sobre este conjunto de fundações, ver RÊPAS 2005. Sobre a fundação de Odivelas, ver ainda VAIRO 2014. Neste caso, lembre-se como o mosteiro, projetado inicialmente como panteão régio por D. Dinis e pela rainha D. Isabel, acabou por albergar apenas o primeiro, dado o explícito afastamento deste projeto por parte da rainha e a sua opção por se fazer sepultar no mosteiro de Santa Clara de Coimbra, por ela refundado.

¹³ Este século e a renovação espiritual que nele ocorreu é claramente problematizada por: VAUCHEZ 1995: 141-156.

¹⁴ Para uma síntese atualizada, ver ANDRADE 2010. Sobre as primeiras implantações franciscanas, permanecem ainda pertinentes as linhas de análise sugeridas por MATTOSO 2002a.



[Mapa 4 – Conventos Franciscanos em Portugal (séculos XIII-XIV)]

Instalados, em geral, fora dos muros das urbes, em zonas fortemente dinâmicas do ponto de vista social e económico, perto de hospitais e leprosas (VIANA 2007: 128-140), e ainda de vias de acesso e de ligação com outros núcleos urbanos, os frades tiveram de enfrentar, com frequência, a oposição do clero urbano, dos seus bispos e mesmo das autoridades locais (MARQUES 1982). Noutros casos, foi necessário regulamentar os tempos e lugares da sua atividade pastoral devido à presença simultânea de Dominicanos (FONTES, ANDRADE, SANTOS, 2018).

Seguindo o exemplo dos cinco Mártires de Marrocos,¹⁵ os Franciscanos acompanharam a conquista cristã para sul, completada, em Portugal, por Afonso III (r. 1248-1279) em 1249. Em clara expansão até às últimas décadas do século XIII, não terão depois novas casas até à última década do século XIV, em tempo de crise e de dificuldades.

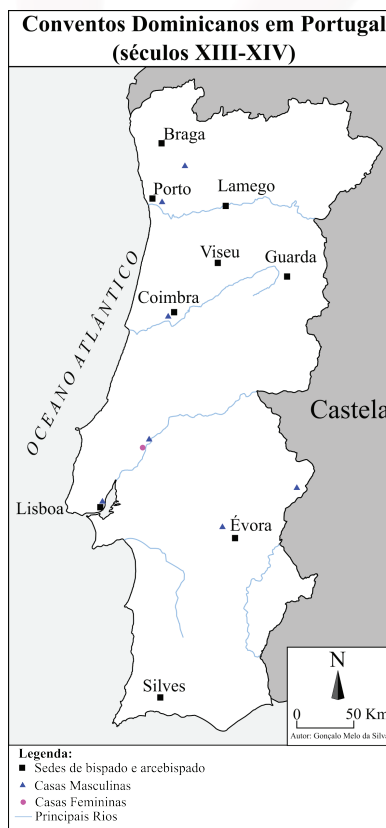
A relação dos Franciscanos com as comunidades femininas é também muito interessante, pois desde as origens estabeleceu-se, pela Regra urbanista (ANDRADE 2015), uma ligação estreita entre eles.

¹⁵ O episódio dos 5 franciscanos que passaram por Coimbra a caminho do Norte de África para evangelizar os muçulmanos e que aí sofreriam o martírio, em 1220, é analisado no contexto do franciscanismo nascente por HEULLANT-DONAT 2012, e nos seus desenvolvimentos culturais por KRUS 1984.

Deste modo, os frades tinham a obrigação de assegurar a celebração dos sacramentos e a orientação espiritual das Clarissas. Não obstante, as primeiras comunidades de Clarissas surgiram em lugares afastados da presença de Franciscanos – Lamego e Entre os Rios –, ainda que mais tarde tenham sido transferidas para cidades onde os frades tinham conventos: Santarém (1258) e Porto (1427), respetivamente.

O modo de vida das Clarissas depressa atraiu mulheres leigas, desejosas de levar uma vida religiosa mais perfeita, em cidades importantes como Coimbra, Lisboa, Guarda, Beja ou Portalegre. A proteção da família real não lhes faltou: à de Afonso III, muito clara em Santarém, seguiu-se a da rainha Isabel de Aragão – a futura Rainha Santa (ANDRADE 2014) –, dando um novo impulso ao mosteiro de Coimbra (1314), e a do filho bastardo de D. Dinis, Afonso Sanches, que com a sua esposa fundou o de Vila do Conde (1318).¹⁶

Os Dominicanos têm igualmente um intenso período de fundações no século XIII. Contudo, não só o seu número é inferior ao dos conventos franciscanos – apenas 7 contra 19 – como mostram uma escolha clara e estratégica pelas cidades mais importantes – Santarém, Coimbra, Porto, Lisboa, Elvas, Guimarães e Évora –, onde desenvolvem a sua pregação em ligação com o estudo e a orientação espiritual.¹⁷



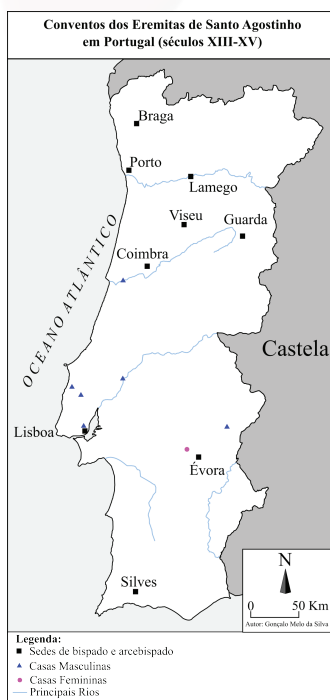
[Mapa 5 – Conventos Dominicanos em Portugal (séculos XIII-XIV)]

¹⁶ Para todas estas fundações, ver ANDRADE 2011.

¹⁷ Um balanço atual pode ser encontrado em SANTOS 2018.

O caso dos mosteiros dominicanos femininos é menos claro e espera ainda um estudo mais pormenorizado. São conhecidos, efetivamente, as hesitações da Ordem, ao longo de todo o século XIII, em assumir a *cura monialum* das comunidades femininas que procuravam a sua orientação e assistência, tal como o processo gradual de “regularização” a que sujeita esses grupos de mulheres que orbitavam em torno dos seus conventos e que desejavam viver uma vida de maior perfeição religiosa.¹⁸ Provavelmente, são essas hesitações que estão na origem do abandono, pelas freiras dominicanas, do mosteiro de Chelas no século XIII (FONTES, ANDRADE, no prelo (a)), e das dificuldades sentidas em relação às emparedadas que, em Santarém, surgem em torno do convento dominicano na segunda metade desse século e cuja relação com a fundação do mosteiro feminino de São Domingos das Donas, consumada em 1290, está ainda por esclarecer (FONTES, ANDRADE, SANTOS, 2017). Será preciso esperar por 1353 para que um novo mosteiro dominicano seja fundado, em ligação com o de Santarém, em Vila Nova de Gaia, junto ao Porto. Mas, desta feita, os problemas viriam da parte do cabido e bispo do Porto, só vencidos com o apoio pontifício obtido pela sua rica protetora (CASTRO 1993).

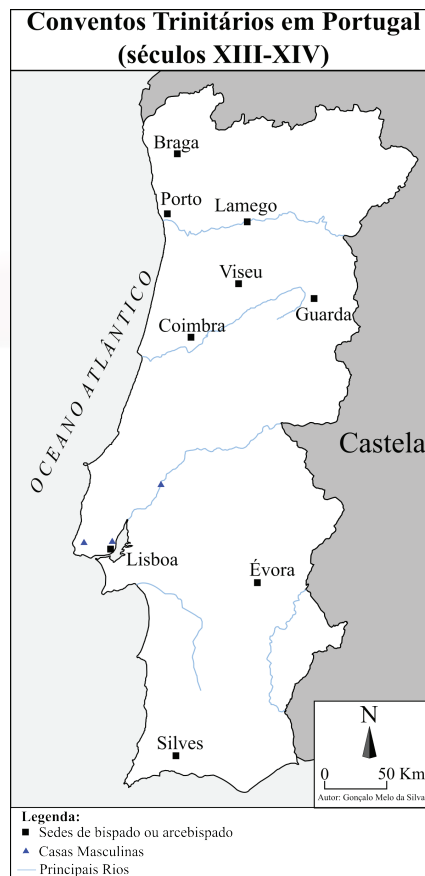
É importante ter em conta outras ordens religiosas que serão mais tarde associadas aos Mendicantes. Os Eremitas de Santo Agostinho surgem como uma ordem fundada pela Santa Sé no século XIII, reunindo diversas famílias e comunidades eremíticas sob a Regra de Santo Agostinho, com um governo centralizado e constituições próprias (RANO 1974). Em Portugal, absorveram algumas implantações eremíticas anteriores localizadas em Lisboa e Penafirme (uma localidade a uns 50 quilómetros a norte de Lisboa). No século XIII conseguirão um novo convento em Vila Viçosa (1267), e mais dois no século XIV, em Torres Vedras (1366) e Santarém (1376). No total, terão 5 conventos, todos localizados no Sul, e quase todos próximos de cidades importantes (FONTES, SILVA 2010).



[Mapa 6 – Conventos dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (séculos XIII-XV)]

¹⁸ Veja-se o recente balanço desta questão proposto por DUVAL 2015: 24-104.

Os Trinitários também chegaram a Portugal durante o século XIII. Consagrados à redenção de cativos cristãos em poder dos muçulmanos, rapidamente receberam a proteção dos reis portugueses. A sua implantação deu-se em duas cidades associadas a uma presença muito frequente da corte régia – Lisboa e Santarém –, onde mais facilmente podiam receber os fundos necessários às suas atividades. No século XIV, estenderão a sua presença a Sintra, outro centro urbano associado à presença da família real (ALBERTO, 1994).

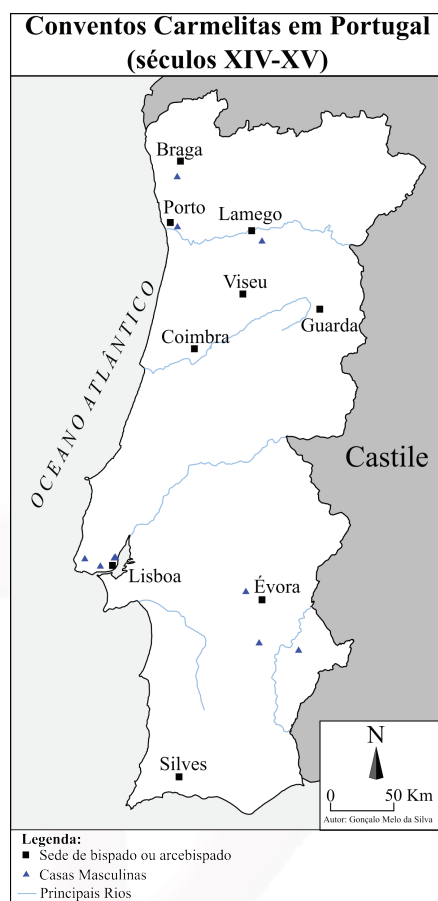


[Mapa 7 – Conventos Trinitários em Portugal (séculos XIII-XIV)]

Os Mercedários, uma ordem de origem catalã, igualmente dedicada ao resgate dos prisioneiros cristãos em poder dos muçulmanos, têm apenas uma casa, igualmente situada no Sul de Portugal, em Beja, documentada para o século XIV e que, em breve, desaparecerá (ORDENS RELIGIOSAS 2016: 449-452).

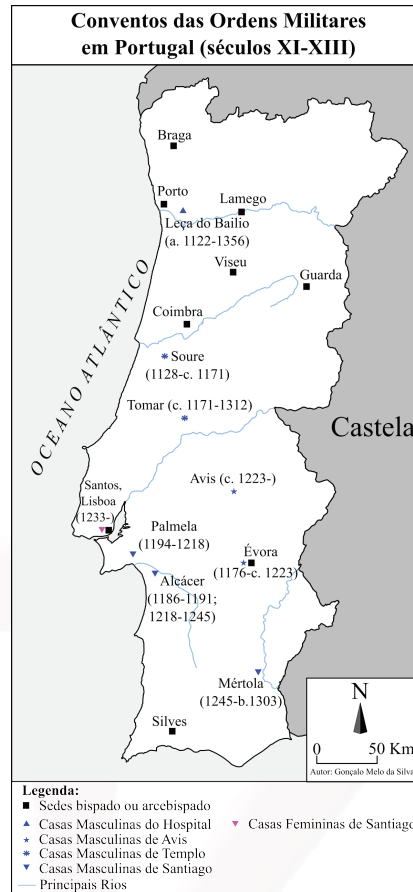
Quanto aos Carmelitas, surgem apenas no século XIV, concentrando a sua presença no sul do reino. O seu primeiro convento foi implantado em Moura e o segundo em Lisboa. Este último foi fundado pelo Condestável – futuro santo – Nuno Álvares Pereira, que tinha relações com os Carmelitas de Moura e passou o final da sua vida no convento por ele erigido numa das colinas da atual capital portuguesa.¹⁹

¹⁹ A história de ambos os conventos está ainda por fazer. Vejam-se os elementos disponíveis e a bibliografia existente em ORDENS RELIGIOSAS 2016: 407-420, a que se deve juntar, para o Convento do Carmo de Lisboa, o estudo de PEREIRA 2005. Sobre a figura do Condestável e a sua relação com este convento, veja-se a sua recente biografia (MONTEIRO 2017: 199-205).



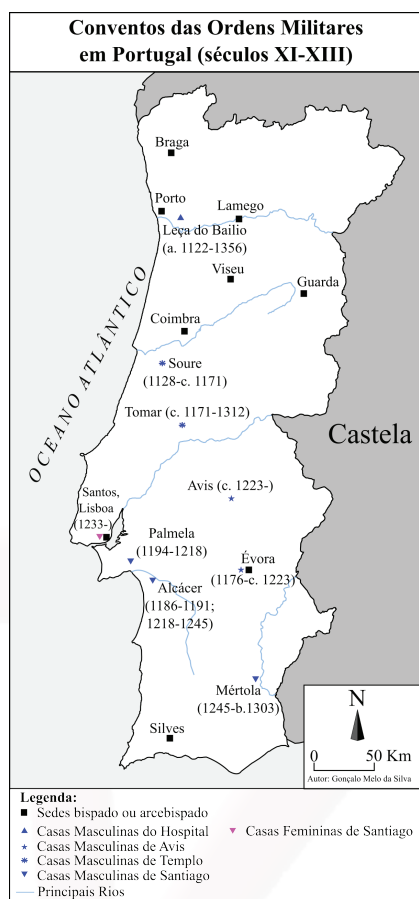
[Mapa 8 – Conventos Carmelitas em Portugal (séculos XIV-XV)]

Com o objetivo de conquistar e povoar o reino, também as ordens militares tiveram uma presença importante no Portugal medieval. Consubstanciando uma inusitada articulação entre a vida monástica e a guerra, estas ordens não só evocavam os estreitos laços que ligavam o Ocidente ao projeto de libertação dos Lugares Santos e de proteção dos peregrinos que aí afluíam (Templo, Hospital), como expressavam a sua vocação num quadro peninsular de luta contra o Islão (Santiago, os freires de Évora/Avis e Cristo).



[Mapa 9 – Conventos das Ordens Militares em Portugal (séculos XI-XIII)]

A sua presença foi incentivada pelos monarcas portugueses, que recorreram a elas para a conquista e defesa do território. Organizavam-se em comendas, que se disseminaram pelo centro e sul, contribuindo assim para a defesa, povoamento e aproveitamento das suas terras. Os seus conventos não eram numerosos: geralmente, cada ordem tinha apenas um, que por vezes mudou de local consoante as necessidades de estratégia política ou militar. No caso da Ordem de Santiago, criou-se um segundo mosteiro, destinado às esposas dos cavaleiros casados, edificado no termo de Lisboa e dedicado aos Santos Veríssimo, Máxima e Júlia (MATA 1999).



[Mapa 10 – Conventos das Ordens Militares em Portugal (séculos XIV-XVI)]

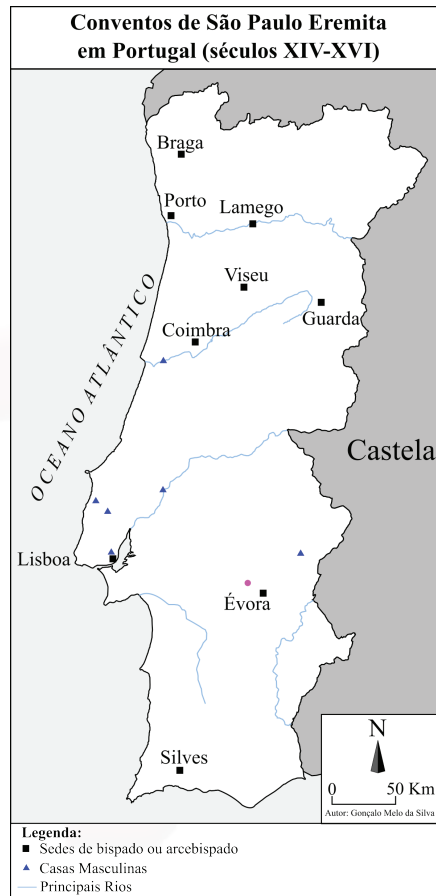
Estas ordens representavam, porém, um grande poder, especialmente no sul do reino, se tivermos em consideração as suas terras, jurisdições, rendas e rendimentos, mas também as paróquias e igrejas que lhes estavam confiadas. É provável que, neste amplo território a sul do Tejo, elas tivessem alguma capacidade de controlar a presença de outras Ordens, porque a explosão de conventos, sobretudo franciscanos, no Sul, data apenas do século XVI, precisamente quando as Ordens Militares são colocadas sob a administração da Coroa portuguesa.²⁰

3. Os caminhos da renovação: das observâncias mendicantes às novas ordens religiosas (finais do século XIV- início do século XVI)

As últimas décadas do século XIV marcam um novo estágio na paisagem monástica portuguesa. Depois de sucessivos decênios sem fundações significativas, vários movimentos religiosos surgem ou renovam-se em torno do desejo de regresso a uma forma de vida mais consonante com o Evangelho. Os problemas que afetaram a Igreja tinham reforçado os debates sobre a

²⁰ Veja-se, sobre as ordens militares, a excelente síntese proposta por Luís Filipe Oliveira, que traça também a história das suas diversas casas conventuais (OLIVEIRA 2016).

importância das instituições religiosas, as suas formas de mediação, a participação do laicado na vida religiosa, a sua busca de autenticidade, as fontes da autoridade e legitimidade religiosas (ROSA 2000: 492-494). Juntamente com as propostas de reforma, nas últimas décadas do século XIV no interior das Ordens Franciscana e Dominicana, um forte movimento eremítico emergiu nesse mesmo período no sul de Portugal.

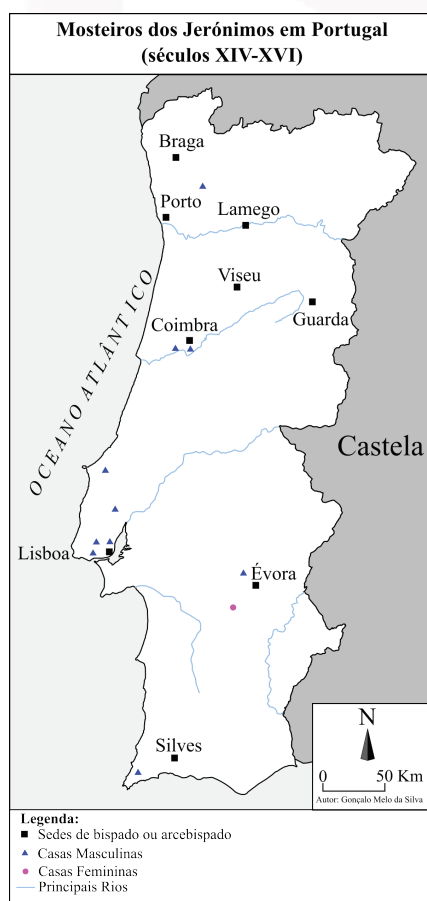


[Mapa 11 – Conventos de S. Paulo Eremita em Portugal (séculos XIV-XVI)]

Atestado documentalmente desde 1366, este movimento é marcado por uma opção clara pela pobreza voluntária, vivida por pequenos grupos em lugares isolados, associando à oração e contemplação a penitência e o trabalho manual. Sem votos nem regra aprovada pela Igreja e de composição maioritariamente laical, chamavam-se a si mesmos “homens da pobre vida”. O apoio e proteção garantidos pelos monarcas, mas também pelos concelhos onde estavam instalados, a população local e finalmente a Santa Sé, depois de uma investigação destinada a comprovar a ortodoxia do seu modo de vida (1378), levou à expansão deste movimento eremítico. Há mais de 20 comunidades documentadas até ao final do século XV, na sua maioria localizadas no Sul e tendo no seu centro a comunidade da Serra de Ossa, não longe da cidade de Évora. O movimento acabaria por aceitar uma gradual institucionalização, quer pela profissão do voto de castidade, que os distinguiu do mundo dos leigos (1477), quer pela sua conversão numa Congregação, governada por um provincial, que regia a comunidade da Serra de Ossa, com direito de visitação sobre as

restantes comunidades e com normas básicas que visavam limitar e controlar os mandatos dos eremitas colocados à frente dos eremitérios, as alienações de bens e a própria conservação do seu modo de vida (1482). Só mais tarde, já avançado o século XVI, a Congregação se veria sujeita à Regra de Santo Agostinho e procuraria redigir as suas primeiras Constituições (FONTES 2012).

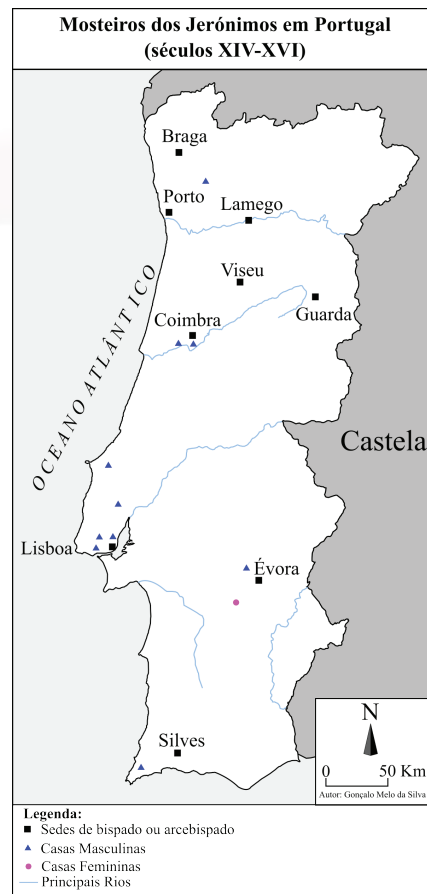
Foi de um grupo similar de eremitas, igualmente ditos “da pobre vida”, que nasceram os primeiros mosteiros de Jerónimos portugueses, na Penha Longa, próximo de Sintra, e em Alenquer (1400), ligados a Fr. Vasco Martins, uma figura associada às origens da Ordem, aprovada por Gregório XI em 1373 (COUSSEMACKER 1994; FONTES 2012: 52-63, 458-460). Protegidos, uma vez mais, pela Coroa, mas também pela nobreza, tentaram implementar novas fundações em alguns antigos eremitérios, mas sem sucesso.²¹ Só três delas sobreviveriam, suportadas por patronos poderosos: São Marcos em Coimbra, associada a uma família de nobres cortesãos (1451); Nossa Senhora do Espinheiro, em Évora, com o apoio do respetivo bispo (1458), e Nossa Senhora de Belém, junto a Lisboa (1496), que o rei Manuel I usará como novo panteão real (SANTOS 1980).



[Mapa 12 – Mosteiros Jerónimos em Portugal (séculos XIV-XVI)]

²¹ Casos do Oratório do Alentejo, junto a Óbidos, de Vale de Flores, junto a Portalegre, de Rio Mourinho, no termo de Montemor-o-Novo, na própria Serra de Ossa e em S. Vicente do Cabo (FONTES 2012).

As observâncias mendicantes também beneficiarão do apoio da família real e de uma parte importante da nobreza de corte (RODRIGUES 2013, RODRIGUES 2019). No caso franciscano, o movimento começou em 1390 com um grupo de fundações no Norte, junto à fronteira com a Galiza, com um cariz marcadamente eremítico, estendendo-se rapidamente ao Sul, graças à iniciativa real de reformar os antigos conventos franciscanos de Alenquer e de Leiria (1399-1400). Daqui a observância estendeu-se através de novas fundações ou da reforma de outros conventos antigos (TEIXEIRA, 2010; CARVALHO, 2016; RODRIGUES, FONTES, ANDRADE, no prelo). Até finais do século XV, os Franciscanos realizam 37 novas fundações, a maioria observantes, reforçando a sua presença no reino.

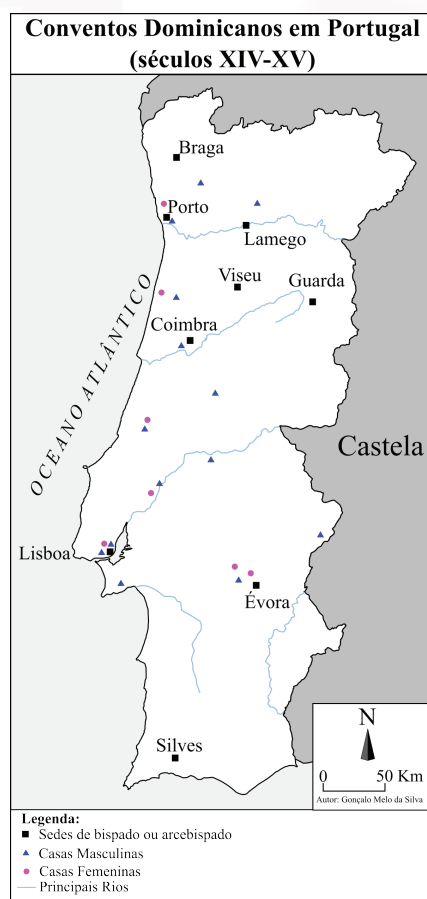


[Mapa 13 – Conventos Franciscanos em Portugal (séculos XIV-XV)]

A observância também chegou ao ramo feminino da Ordem, ainda que nem todos os mosteiros de clarissas fundados no século XV pareçam ter adotado uma forma de vida reformada. Na realidade, só duas das seis novas casas farão essa opção: o mosteiro da Conceição de Beja, fundado em 1459 sob o patrocínio dos duques de Beja Fernando e Beatriz e que acabará, em 1482, por se submeter à direção dos observantes (ROSA 1998), e o mosteiro de Jesus de Setúbal, fundado por Justa Rodrigues Pereira, ama do rei Manuel I, em 1495, segundo os costumes da reforma coletina (SILVEIRA 2012). O mesmo modelo será adotado, já em 1509, pelo rico mosteiro da Madre de Deus de Xabregas, em Lisboa, patrocinado pela rainha D. Leonor (SOUSA 2002).

Reformar significava, para estas casas femininas, viver uma espiritualidade de índole mais rigorista, baseada no carisma contemplativo, no silêncio e na estrita clausura, valorizando a união fraterna, a caridade, a penitência, a leitura espiritual, a meditação e a liturgia (RODRIGUES, FONTES, ANDRADE, no prelo).

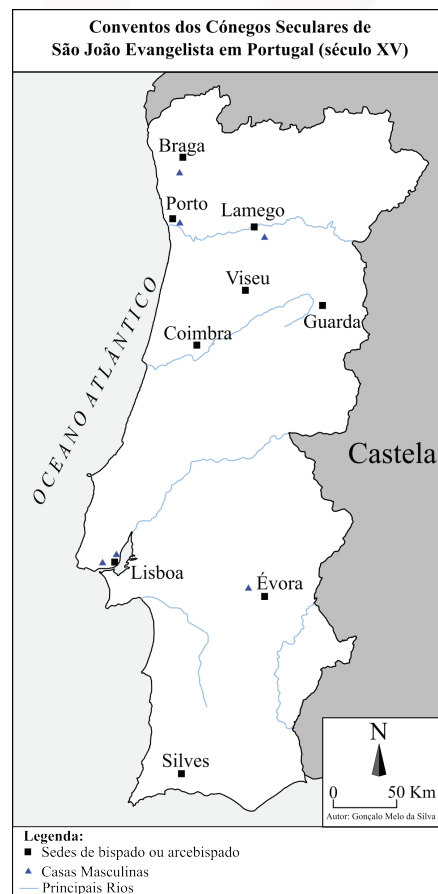
Os Dominicanos iniciaram um movimento similar com duas fundações em Lisboa, uma feminina (Salvador) e outra masculina (São Domingos de Benfica). As duas foram promovidas pela família real e membros importantes da corte (COSTA, 1972; COSTA, 1991). O mesmo se passará com os outros cinco novos conventos dominicanos fundados no século XV sob esta forma de vida reformada. A exceção é o convento de Santa Maria da Vitória, na Batalha, no centro do reino, perto do lugar onde se deu a batalha de Aljubarrota. A comemoração deste acontecimento e a necessidade de legitimação e prestígio da nova dinastia inaugurada pelo rei João I (r. 1385-1433) explicam o investimento financeiro e artístico da realeza neste convento, que foi o panteão da família real durante o século XV (GOMES, 1990).



[Mapa 14 –Conventos Dominicanos em Portugal (séculos XIV-XV)]

O aparecimento de novos mosteiros de monjas dominicanas é uma característica deste período, especialmente depois da fundação, em 1461, do cenóbio de Jesus de Aveiro, próximo do convento

masculino de Nossa Senhora da Misericórdia, no mesmo ano em que o modelo feminino da observância dominicana se via definitivamente sancionado com a canonização de Catarina de Sena (DUVAL 2015: 144-183). Fundado por um grupo de mulheres relacionadas com a corte, o mosteiro de Jesus será escolhido pela infanta Joana – a futura Santa Joana Princesa –, filha de Afonso V, para aí levar uma vida de reclusão, penitência e oração até à sua morte, em 1490 (MOITEIRO 2011). A comunidade enviará várias das suas monjas, mas também os seus livros, para assegurar a reforma de mosteiros mais antigos ou mesmo fundados durante este período (MOITEIRO 2018). Servirá ainda de modelo a muitos grupos de mulheres que, sobretudo no sul de Portugal e desde as primeiras décadas do século XV, viviam em comum uma opção religiosa muito similar à dos eremitas da Serra de Ossa: pobremente, trabalhando com as suas mãos, nas suas próprias casas em centros urbanos, submetidas aos bispos, mas sem professarem votos públicos nem seguirem alguma das Regras aprovadas pela Igreja. Sob pressão das autoridades civis e eclesiásticas, mas também das aspirações das mulheres nobres que haviam criado algumas dessas comunidades, acabaram por aceitar uma proximidade cada vez mais estreita com certas ordens, em especial a dos Dominicanos. Deste movimento nasceram, nas primeiras décadas do século XVI, as comunidades dominicanas de Santa Catarina de Sena e Nossa Senhora do Paraíso, em Évora (FONTES 2015; FONTES 2018).



[Mapa 15 – Conventos dos Cônegos Seculares de S. João Evangelista em Portugal (século XV)]

Uma última palavra, neste itinerário, para uma nova congregação fundada em Portugal cerca de 1425: a dos cônegos seculares de São João Evangelista, conhecidos como Lóios (PINA 2011). Introduzida em Portugal, vinda de São Jorge em Alga (FALCÃO 2018), por um grupo de clérigos associados à corte régia e comprometidos com a reforma da Igreja, esta congregação terá as suas primeiras duas casas no norte de Portugal em resultado da proteção que lhe foi concedida pelo arcebispo de Braga e pelo bispo de Viseu. Porém, os conflitos surgidos com o primeiro devido à resistência deste em aceitar a isenção da autoridade e jurisdição episcopal com que o Papa os beneficiou, levaram os Lóios a buscar autonomia mudando-se para o Sul. O apoio dos monarcas e da família real assegurará à congregação importantes fundações, duas em Lisboa (Santo Elói, 1442 e S. Bento de Xabregas, 1455) e uma em Évora (S. João Evangelista de Évora, 1485). Só em finais do século XV, quando a sua independência ficou finalmente assegurada, os cônegos voltaram ao norte do reino, aceitando uma fundação no Porto (Nossa Senhora da Consolação, 1490).

Considerações finais

Como vimos, a presença das Ordens religiosas em Portugal foi de grande importância para a organização social e económica do reino, refletindo no seu desenvolvimento ao longo dos séculos, não só as tendências religiosas, mas também os interesses sociais e políticos das elites e dos grupos dirigentes.²²

Se, nos primeiros séculos de existência do reino (XII e XIII) dominam, na sociedade portuguesa, os monges beneditinos e cistercienses, nos séculos seguintes será a vez dos mendicantes que, em finais da época medieval, vivem movimentos de reforma que originam novas Ordens com ideias de renovação profunda e, simultaneamente, de regresso às origens.

O percurso realizado pelas fundações monásticas e conventuais no reino revela não só a importância destas instituições no tecido social português como ainda o papel por elas desempenhado na formação e afirmação de uma cristandade ao serviço do reino e da Coroa.

²² Como já foi assinalado por GOMES, 2014: 159.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTO, Edite, 1994. *As instituições de resgate de cativos em Portugal: sua estruturação e evolução no século XV*, 2 vols., Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

ANDRADE, Maria Filomena, 2010. “Franciscanos”, *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e outras formas de vida consagrada em Portugal*, Eduardo Franco (dir.), Lisboa, Gradiva, p. 158-169.

—2011. *In Oboedientia, Sine Proprio, Et In Castitate, Sub Clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (séculos XIII e XIV)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

—2014. *Isabel de Aragão. Rainha Santa e Mãe exemplar*, Lisboa, Temas e Debates.

—2015. “Mulheres sob custódia: as comunidades de clarissas como espaços de obediência e autonomia (séculos XIII e XIV)” *Lusitania Sacra*, 2ª série, XXXI: 33-50.

BISHKO, Charles Julian, 1965. “The Cluniac priories of Galicia and Portugal: their acquisition and administration”, *Studia Monastica*, 7: 305-356.

BRANQUINHO, Isabel, 2007. “As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem”, *Lisboa Medieval: os rostos da Cidade*, Luís Krus, Luís Filipe Oliveira, João Luís Fontes (coord.), Lisboa, Livros Horizonte, p. 239-258.

CAMPOS, Maria Amélia, 2012. *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e sócio-económico*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CARVALHO, José Adriano Freitas de, 2016. *Antes de Lutero: a Igreja e as reformas religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites*. Porto: CITCEM, Edições Afrontamento.

CASTRO, Júlia Isabel Coelho Campos Alves de, 1993. *O mosteiro de São Domingos das Donas de Vila Nova de Gaia (1345-1513)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A CONQUISTA DE LISBOA, 2001. *A conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de um Cruzado*, Aires Augusto do Nascimento (ed.), Lisboa, Vega.

COSTA, António Domingues de Sousa, 1972. “O célebre conselheiro e chanceler régio Doutor João das Regras, clérigo conjugado e prior da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Gimarães”, *Itinerarium*, 18: 232-259.

—1991. “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa”, *III Encontro sobre História Dominicana – Actas*, 2, Porto, Arquivo Histórico Dominicano, p. 1-150.

COSTA, Avelino de Jesus da, 1948. *A Ordem de Cluny em Portugal*, Braga.

COUSSEMACKER, Sophie, 1994. *L'Ordre de Saint Jérôme en Espagne (1373-1516)*, tomos I-IV, Paris, Université de Paris X – Nanterre.

CRUZ, Marta Louro, 2018. *A Vida de Santa Senhorinha de Basto em português: estudo estemático e linguístico*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

DUVAL, Sylvie, 2015. «*Comme des Anges sur la Terre*». *Les moniales dominicaines et les débuts de la réforme observante*, Roma, École Française de Rome.

OS DOMINICANOS, 2017. *Os Dominicanos em Portugal 1216-2016*, António Camões Gouveia, José Nunes, Paulo Fernando de Oliveira Fontes (eds.), Lisboa, CEHR-UCP.

FALCÃO, Nuno de Pinho, 2018. *Ecclesia sempre reformanda, A Congregação dos Lóios e a Reforma da Igreja (Itália, Portugal e África: 1404-1580)*, Porto, CITCEM-Edições Afrontamento.

FERNANDES, Aires Gomes, 2011. *Os cônegos regrantes de Santo Agostinho no norte de Portugal em finais da Idade Média: dos alvares de Trezentos à Congregação de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FONTES, João Luís Inglês, 2012. *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

—2015. “Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da *pobre vida* de Évora”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, XXXI: 51-71.

—2018. “Ordenar na observância: traços e memória do processo de institucionalização do mosteiro dominicano do Paraíso de Évora”, *Os Dominicanos em Portugal 1216-2016*, António Camões Gouveia, José Nunes, Paulo Fernando de Oliveira Fontes (eds.), Lisboa, CEHR-UCP, p. 47-59.

FONTES, João Luís Inglês, ANDRADE, Maria Filomena, no prelo (a). *As fundações dominicanas femininas durante a Idade Média: linhas de força, problemáticas e silêncios*.

FONTES, João Luís Inglês, ANDRADE Maria Filomena, em publicação (b). *Povoar e enquadrar: Um percurso pela geografia das formas de vida religiosa da Lisboa medieval*.

FONTES, João Luís Inglês, ANDRADE, Maria Filomena, SANTOS, Maria Leonor Silva, 2017. “Frades, Monjas e Reclusas: os primórdios da presença mendicante em Santarém Medieval” *Clarissas y dominicas. Modelos de implantación, filiación, promoción y devoción en la Península Ibérica, Cerdeña, Nápoles y Sicilia*, Gemma Teresa Colesanti, Blanca Garí, Núria Jornet-Benito (eds.), Florença, Reti Medievali e Firenze University Press, p. 383-405.

FONTES, João Luís Inglês, SILVA, Cristiana Lucas, 2010. “Agostinhos”, *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e outras formas de vida consagrada em Portugal*, Eduardo Franco (dir.), Lisboa, Gradiva, p. 39-49.

GAMEIRO, Odília Filomena Alves, 2000. *A construção das memórias nobiliárquicas medievais. O passado da linhagem dos senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

GOMES, Saul António, 1990. *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, Instituto de História da Arte - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

—2007. *In Limine Conscriptio: documentos, chancelarias e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, séculos XII a XIV*, Viseu, Palimage Editores - CHSC.

—2010. “Castas Donas: Cónegas Regrantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 10/1: 37-71.

—2011. “Bibliografia de história monástica portuguesa”, *Revista Mosaico*, 4/1: 21-54.

—2014. “Quadro Geral do Monaquismo Português em Quatrocentos”, *Revista Território & Fronteiras*, 7/2: 144-181

GONÇALVES, Iria, 1989. *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

HEULLANT-DONAT, Isabelle, 2012. “Martyrdom and Identity in the Franciscan Order (Thirteenth and Fourteenth Centuries)”, *Franciscan Studies*, 70: 1-25.

KRUS, Luís, 1984. “Celeiro e Relíquias: o culto quatrocentista dos Mártires de Marrocos e a Devoção dos Nus”, *Studium Generale. Estudos Contemporâneos*, Porto, 6: 21-42.

MARQUES, José, 1982. “Os franciscanos no Norte de Portugal nos finais da Idade Média”, *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, 1: 149-189.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes, 1998a. “A introdução da Ordem de Cister em Portugal”, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, Colibri, p. 29-73.

—1998b. “Os primórdios da Ordem de Cister em Portugal”, *A Ordem de Cister: o tempo e o modo. Actas*, S. Pedro do Sul, Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, p. 83-94.

—2001. “Les premières nonnes cisterciennes au Portugal : le rôle des femmes de la famille royale”, *Cîteaux et les femmes. Architectures et occupation de l'espace dans les monastères féminins. Modalités d'intégration et de contrôle des femmes dans l'Ordre. Les moniales cisterciennes aujourd'hui*, Bernadette Barrière, Marie-Elisabeth Montulet-Henneau (eds.), Grâne, Créaphis éditions, p. 213-226.

MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira, 2001. *O mosteiro de São Salvador de Vairão na Idade Média: o percurso de uma comunidade feminina*, Porto.

MARTINS, Armando Alberto, 2003, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

MATA, Joel Silva Ferreira, 1999. *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI: um estudo religioso, económico e social*, 2 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MATTOSO, José, 1993. “1086-1325”, *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), vol. II – *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 9-309.

—2001. *Identificação de um país, Obras completas*, 2-3, Lisboa, Círculo de Leitores.

—2002a. “O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas”, *Obras Completas*, 8, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 243-254.

—2002b. “Eremitas portugueses no século XII”, *Obras completas*, 9, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 62-86.

—2002c. “O monaquismo ibérico e Cluny”, *Obras completas*, 9, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 35-45.

—2002d. *O monaquismo ibérico e Cluny, Obras Completas*, 12, Lisboa, Círculo de Leitores.

—2006. *D. Afonso Henriques*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores.

MOITEIRO, Gilberto Coralejo, 2011. *As dominicanas de Aveiro (c. 1450-1525): memória e identidade de uma comunidade textual*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

—2018. “Obediência e clausura: receção e produção femininas de um tópico definidor e persistente”, *Os Dominicanos em Portugal 1216-2016*, António Camões Gouveia, José Nunes, Paulo Fernando de Oliveira Fontes (eds.), Lisboa, CEHR-UCP, p. 27-46.

MONTEIRO, João Gouveia, 2017. *Nuno Álvares Pereira – Guerreiro, senhor feudal, santo: os três rostos do Condestável*, Lisboa, Letras & Diálogos.

UM OBITUÁRIO, 2008. *Um Obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora. A Comemoração dos que passaram deste mundo*, ed. Maria José Azevedo Santos, Lisboa, Academia Portuguesa da História.

OLIVEIRA, Luís Filipe, 2016. “Ordens Militares”, *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento - Guia Histórico*, Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), 3ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, p. 453-502.

ORDENS RELIGIOSAS, 2016. *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento - Guia Histórico*. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), 3ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.

PEREIRA, Paulo, 2005. “O Convento e Igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo”, *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, José Morais Arnaud, Carla Varela Fernandes (coord.), Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 20-39.

PINA, Maria Isabel Pessoa Castro, 2011. *Os Lóios em Portugal: Origens e primórdios da Congregação dos Cónegos de São João Evangelista*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa

RANO, B, 1974. “Agostiniani”, *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, Gerrino Pellicia e Giancarlo Rocca (dir.), vol. I, Roma, Ed. Paoline, cols. 278-381.

RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus, 2003. *Quando a nobreza traja de branco: a comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Magno edições.

—2005. “Os mosteiros cistercienses femininos em Portugal: a herança medieval. Fundações e fundadores”, *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual: nuevas aportaciones al monacato feminino*, Maria Isabel Viforcós Marinas, Maria Dolores Campos Sánchez-Bordona (coord.), León, Universidad de León, p. 51-78.

RODRIGUES, Ana Maria S. A., 2013. “Spirituality and Religious Sponsorship in the 15th-century Portuguese Crown: Kings, Queens and Infantes”, *Women’s Networks of Spiritual Promotion in the Peninsular Kingdoms (13th-16th Centuries)*, B. Gari (ed.), Roma, Viella: 205-219.

—2019. “The Crown, the Court and Religious Reform in Medieval Portugal: A Gendered Approach”, *Queens, Princesses and Mendicants. Close Relations in a European Perspective*, N. Jaspert, I. Just (eds.), Zurich, Lit Verlag, p. 53-63.

RODRIGUES, Ana Maria S. A., FONTES, João Luís Inglês, ANDRADE, Maria Filomena, no prelo, “La(s) Reformas en el Franciscanismo portugués en la Edad Media”, *Hispania Sacra*.

ROSA, Maria de Lurdes, 1998, “A fundação do mosteiro da Conceição de Beja pela duquesa D. Beatriz”, *O tempo de Vasco da Gama*, Diogo Ramada Curto (dir.), Lisboa, Difel, p. 265-270.

—2000. “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, *História religiosa de Portugal*, Carlos Moreira Azevedo (dir.), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, p. 423-510.

SANTOS, Cândido A. Dias dos, 1980. *Os Jerónimos em Portugal: das origens aos fins do século XVII*, Porto, JNICT.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira, 2018. “Os primórdios da presença dominicana em Portugal: 1220-1418”, *Os Dominicanos em Portugal 1216-2016*, António Camões Gouveia, José Nunes, Paulo Fernando de Oliveira Fontes (eds.), Lisboa, CEHR-UCP, p. 9-26.

SILVEIRA, Ana Cláudia, 2012. “Subsídios para a história do Convento de São Francisco de Setúbal a partir do Arquivo da Família Gama Lobo Salema”, *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*, Maria de Lurdes Rosa (org.), Lisboa, Instituto de Estudos Medievais – Centro de História de Além-Mar – Caminhos Romanos, p. 171-183.

SOBRAL, Cristina, 2012. “Exumação de uma vida: Santa Senhorinha em português medieval”, *Romance Philology*, 66/1, Spring 2012: 165-183.

SOUSA, Ivo Carneiro de, 2002. *A Rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

TEIXEIRA, VÍTOR GOMES, 2010. *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517). História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*, Porto, Centro de Estudos Franciscanos – Editorial Franciscana.

VAIRO, Giulia Rossi, 2014. *D. Dinis del Portogallo e Isabel d’Aragona in vita e in morte. Creazione e trasmissione della memoria nel contesto storico e artistico europeo*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

VAUCHEZ, ANDRÉ, 1995. *A espiritualidade da Idade Média Ocidental séc. VIII-XIII*, Lisboa, Editorial Estampa.

VIANA, MÁRIO, 2007. *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*, Lisboa, Caleidoscópio – Centro de História da Universidade de Lisboa.